



Boletim GeoÁfrica
Volume 4, Número 13, jul. – dez. de 2025

***EDITORIAL: DINÂMICAS ATUAIS DA CONFLITUALIDADE NA ÁFRICA
SUBSAARIANA***



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié

Departamento de Geografia e Programa de
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. Dinâmicas atuais
da conflitualidade na África subsaariana.
Boletim GeoÁfrica, v. 4, n. 13, p.1-9, jul-
dez. 2025



**EDITORIAL: DINÂMICAS ATUAIS DA CONFLITUALIDADE NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

O décimo terceiro número do **Boletim GeoÁfrica** reúne contribuições em diferentes formatos — artigos científicos, entrevistas e ensaios — organizadas nas seções *Dossiê Temático*, *Áfricas na Pós*, *Varia* e *Expressões Culturais*. Nesta edição, o comitê editorial considerou pertinente dedicar o dossiê às novas formas de conflitualidade na África Subsaariana. Apesar da diversidade de causas, manifestações e consequências, bem como das singularidades temporais, espaciais e operacionais e das distintas motivações dos beligerantes, tais conflitos apresentam também inúmeras convergências.

Durante a segunda metade do século XX, os conflitos armados eram pautados por reivindicações relativamente precisas — como as guerras de libertação nacional, os movimentos secessionistas e as guerras civis — e envolviam um número limitado de atores: poderes coloniais, Estados africanos e movimentos de libertação ou guerrilhas que contestavam o poder constituído. Do ponto de vista operacional, tratava-se de confrontos voltados à conquista e ao controle de territórios, tendo como objetivo último a tomada do poder político (Gazibo, 2010; Guambe; Monié, 2023). Na década de 1990, entretanto, verificou-se um declínio dos conflitos armados convencionais e, paralelamente, a emergência de formas de conflitualidades caracterizadas por elevado grau de complexidade. Esses novos cenários passaram a envolver uma multiplicidade de beligerantes, entre os quais se destacam grupos fundamentalistas islâmicos (na Somália, na África Ocidental e em Moçambique), milícias comunitárias (no Sahel central e na Nigéria), organizações híbridas que combinam práticas terroristas com atividades criminosas, além de movimentos armados apoiados ou tutelados por Estados estrangeiros (Sudão ou República Democrática do Congo). O conflito não se estrutura necessariamente em torno de reivindicações ou objetivos políticos claramente definidos. Diferentemente das guerras convencionais, a lógica que orienta os atores em confronto não está vinculada a uma agenda explícita de conquista de poder, mas frequentemente se manifesta em dinâmicas fragmentadas, fluidas e de difícil categorização (Monié, 2025). As conflitualidades armadas atuais apresentam baixo nível de territorialização. A extrema fluidez das dinâmicas temporais e espaciais configura um cenário bélico sem linha de



frente, sem controle territorial efetivo por parte do Estado e no qual os insurgentes são frequentemente movidos por sentimentos de humilhação em relação ao governo, à forças estrangeiras e a uma ordem mundial que perpetua elites nacionais no poder (Monié; Guambe, 2023; Tshiyembe, 2014). A economia de guerra, nesse contexto, baseia-se na captura de rendas que estimulam os movimentos armados a privilegiarem áreas fronteiriças, garantindo recursos financeiros significativos. A regionalização dos conflitos evidencia, portanto, uma transformação nas escalas de ação dos beligerantes (Diallo, 2008; Gorée Institute, 2012; Gnanguênon, 2013). Se, durante a segunda metade do século XX, os movimentos armados priorizavam a conquista da capital e/ou das chamadas áreas úteis do território nacional, os grupos armados contemporâneos concentram-se no controle das redes de circulação de bens e pessoas situadas nas periferias desses mesmos territórios.

Quadro 1: Apresentação sintética das principais situações de conflitualidades na África subsaariana

Conflito	Período	País/região	Forças beligerantes (principais)
Violência política e conflitos na RDC	Anos 1960 -presente	Leste do Congo	Estado congolês; ADF; CODECO; FDLR; Milícias Mai-Mai; diversas milícias
Jihadismo e insurgências no Sahel Central	2012–presente	Mali, Burkina Faso, Níger	Estados (Mali, Burkina Faso, Níger), <i>JNIM</i> , <i>ISGS</i> , <i>ISWAP</i> , milícias locais
Insurgência jihadista no Nordeste da Nigéria (Boko Haram / ISWAP)	2009–presente	Nigéria (Nordeste), fronteiras com Níger, Chade, Camarões	Governo nigeriano; <i>Boko Haram</i> ; <i>ISWAP</i>
Guerra Civil do Sudão (SAF vs RSF)	2023–presente	Sudão	Sudanese Armed Forces (SAF); Rapid Support Forces (RSF)
Insurgência e atentados de al-Shabaab na Somália	2006–presente	Somália (Hirshabelle, Mogadishu etc.)	Somália (Mogadíscio, Hirshabelle, Jubalândia)
Insurgência jihadista em Cabo Delgado, Moçambique	2017–presente	Cabo Delgado (Moçambique)	Governo moçambicano; <i>Estado Islâmico de Moçambique (ISM)</i> e grupos salafistas

Fontes: diversas. Elaboração: Frédéric Monié



As novas formas de conflitualidade incidem sobretudo sobre as populações civis, evidenciando que, desde 1989, mais da metade das mortes em conflitos armados ocorreu no continente africano. Paralelamente, os fluxos de deslocados internos e refugiados intensificaram-se, alimentando novos focos de instabilidade geopolítica. Sem perspectivas concretas de resolução, tais conflitos tendem a enraizar-se nos espaços e nas sociedades da região, perpetuando dinâmicas de violência e fragilidade estrutural.

Referências

- DIALLO, M. **Systèmes de conflits en Afrique de l’Ouest**. Introduction à une problématique des systèmes de conflits, dans la perspective d’une politique régionale préventive. Conakry: Atelier de la CEDEAO sur les systèmes de conflits et l’évaluation des risques en Afrique de l’Ouest, 2008.
- GNANGUËNON, A. **The perpetuation of a system of conflicts in Darfur: caught between local violence and regional disorder**. UNISCI, Discussion Papers, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.unisci.es/the-perpetuation-of-a-system-of-conflicts-in-darfur-caught-between-local-violence-and-regional-disorder>.
- MONIÉ, F.; GUAMBE, J. África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central. AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. **Geografia política: base conceitual e diversidade temática**. Brasília: Calendria, 2023. p. 368-395. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46995>
- MONIÉ, F. Sistemas de crises e de conflitos no Sahel central: uma análise multidimensional e multiescalar. **Revista Debates**, v. 19, n. 2, 2025, p. 56-76. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.148589>
- GORÉE INSTITUTE. **Systèmes de conflits et enjeux sécuritaires en Afrique de l’Ouest**. Dacar: Gorée Institute, 2012. Disponível em: <https://goreeinstitut.org/systeme-de-conflits-et-enjeux-securitaires-en-afrique-de-l-ouest-presentation/>
- TSHIYEMBE, Mwayila. **O Estado pós-colonial**. Factor de insegurança em África. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedagogo LDA, 2014.



Abrindo nosso dossiê temático, a entrevista com o Professor Mamoudou Gazibo, realizada em novembro de 2025, oferece uma análise aprofundada e atualizada sobre a transformação dos conflitos armados no Sahel Central. O pesquisador nigerino propõe uma periodização tripartida para a compreensão da violência armada na África Subsaariana. O primeiro período (1960–1990), insere-se no contexto da Guerra Fria e caracteriza-se por conflitos relativamente “organizados”, regulados por potências externas por meio de guerras por procuração (*proxy wars*), como exemplificado pelo caso angolano. Tratava-se, em geral, de disputas ideológicas com atores,



alianças e patrocinadores claramente identificáveis. O segundo período (anos 1990) no pós-Guerra Fria, marca a emergência das chamadas “guerras civis moleculares” (Libéria, Serra Leoa). Esses conflitos distinguem-se pela privatização da violência, pela ausência de uma ideologia coerente e pela extrema brutalidade dirigida contra populações civis. Por fim, o período pós-2011 apresenta um modelo híbrido e de difícil categorização, no qual se combinam insurgência religiosa e dinâmicas típicas do crime organizado, como o tráfico de drogas, armas e pessoas. Segundo o autor, a instabilidade contemporânea no Sahel resulta de uma convergência de fatores estruturais e conjunturais. O Professor Gazibo assevera que a queda do regime de Muammar Gaddafi, em 2011, que provocou a proliferação de armamentos e a circulação de combatentes experientes por toda a região. Por seu lado, a intensificação da desertificação, que comprometeu modos de vida de populações nômades, tornou terras improdutivas e forçou migrações para centros urbanos incapazes de absorver esse contingente populacional. Tal processo contribuiu para o colapso de laços sociais tradicionais. Um ponto central da entrevista reside na transformação da governança da segurança regional após os recentes golpes de Estado. Gazibo destaca a falência do G5 Sahel e da CEDEAO, ineficazes ou omissos diante da disseminação da violência armada. Em contraste, a Aliança dos Estados do Sahel (AES), formada por Mali, Burkina Faso e Níger, emerge como uma tentativa de aprofundar a cooperação, fundamentada na afirmação da soberania nacional e no afastamento estratégico da França. Contudo, o pesquisador alerta para o risco associado à retirada ocidental, uma vez que a perda de capacidades de inteligência estratégica pode fragilizar os exércitos locais. No que se refere às estratégias do Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (GSIM/Al-Qaeda), o autor identifica uma intensificação das operações no Mali, marcada por cercos a centros urbanos e por sistemas de tributação paralelos, com o objetivo de desestabilizar o regime e produzir um efeito cascata em Burkina Faso e no Níger. Ainda assim, Mamoudou Gazibo considera improvável a queda das capitais nacionais, argumentando que os exércitos da AES são atualmente mais bem equipados e articulados do que em 2012. A seguir, o debate sobre a relação entre meio ambiente e conflito é aprofundado no artigo de Vivian dos Santos Silva, intitulado “*Sahel: vulnerabilidade ambiental e a dinâmica das disputas territoriais e conflitos sociopolíticos*”. A autora estabelece uma relação entre a fragilidade ecológica e a instabilidade política, demonstrando que a desertificação e a insegurança hídrica não constituem meros fenômenos naturais, mas atuam como vetores de descontrole territorial em “áreas cinzentas” de governança. Essa vulnerabilidade estrutural é agravada pelo colapso de modelos de intervenção



externa, como argumenta Augusto Gabriel Colório em *“O fim da intervenção liberal e a transformação geopolítica no Sahel Central”*. O autor diagnostica a falência da chamada “paz liberal”, sustentando que a militarização dependente promovida por potências ocidentais não foi capaz de garantir segurança duradoura. Nesse sentido, a emergência da Aliança dos Estados do Sahel (AES) configura-se como uma tentativa de reafirmação da autonomia estratégica regional frente ao legado neocolonial. A atuação das instituições multilaterais é submetida a uma análise crítica no trabalho de Alfa Oumar Diallo, Cristóvão Baltazar Siteo e Siradio Hélio Santos Diallo, intitulado *“A atuação do Conselho de Segurança da ONU no conflito da República Democrática do Congo: desafios e perspectivas”*. Para além dos entraves operacionais das missões de paz, os autores introduzem uma dimensão analítica fundamental ao discutir o racismo institucional, questionando se a negligência ou o formato das intervenções na RDC refletem hierarquias raciais persistentes na estrutura decisória do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Moçambique constitui o foco de uma tríade de análises que articulam exploração de recursos naturais e violência armada. No artigo *“Exploração do gás natural em Moçambique como fator de conflito armado: um olhar sobre a Província de Cabo Delgado”*, Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse e Rodrigues Simão Rafael exploram a lógica da chamada “maldição dos recursos”, evidenciando como a promessa de desenvolvimento associada ao gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma resultou em exclusão social, insurgência armada e mais de um milhão de deslocados internos. A dimensão humana dessa crise é aprofundada por Edinilson Mário Moisés e Joaquim Miranda Maloa em *“A integração socioeconómica dos deslocados internos do terrorismo do norte de Moçambique no centro de acolhimento de Malica”*. O estudo demonstra que a autonomia dessas populações permanece severamente limitada pela ausência de acesso à terra e pela dependência prolongada de ajuda humanitária, evidenciando a necessidade de políticas públicas estruturantes que ultrapassem o assistencialismo emergencial. Por fim, Albino Eusébio, em *“Mineração, deslocamentos compulsórios e conflitos em Moçambique: algumas diferenças e proximidades históricas”*, oferece uma perspectiva histórica de longa duração. Ao comparar os megaprojetos contemporâneos com os aldeamentos do período colonial, o autor identifica a persistência de uma “governamentalidade colonial”, caracterizada pelo autoritarismo e pela negligência sistemática em relação aos modos de vida locais. O pesquisador moçambicano destaca a relevância de conflitos territoriais que, em escala local, ilustram o acirramento entre atores que reivindicam seu direito ao uso do território. Finalmente, essas contribuições evidenciam que a construção da paz na África



Subsaariana não se limita à cessação dos confrontos armados, mas pressupõe o enfrentamento das injustiças históricas estruturais, o fortalecimento da soberania estatal e regional diante de modelos comprovadamente ineficazes, bem como a implementação de uma gestão ambiental orientada pela preservação da vida, pela reprodução social e pelo bem-estar coletivo, em oposição à lógica predatória da exploração intensiva de recursos naturais.



Abrindo a *Sessão Varia*, o artigo *Urbanização, economia global e inovação na África Subsaariana: que dinâmicas?* assinado por Luiz Adriano Guevane analisa as relações entre urbanização, globalização e inovação na África Subsaariana, partindo do pressuposto de que o crescimento da população urbana tende a superar o da população rural nas próximas décadas. Argumenta-se que, no contexto da globalização, a intensificação da urbanização reforça a atratividade dos espaços urbanos, criando um ciclo de retroalimentação que potencializa dinâmicas de inovação e reorganização econômica. Entretanto, o estudo destaca que as economias da África Subsaariana ocupam uma posição periférica na chamada “nova economia” global, o que condiciona a emergência de formas de inovação adaptadas a essa condição estrutural. Embora a intensificação da urbanização represente uma oportunidade para a melhoria das condições de vida e das dinâmicas socioespaciais urbanas, tais benefícios não se materializam de forma generalizada, sobretudo devido à limitada capacidade de internacionalização da produção e à fragilidade dos sistemas econômicos locais. Nesse sentido, a atração exercida pelas cidades no “jogo” da globalização contribui simultaneamente para a expansão urbana e para a reprodução de desigualdades socioespaciais, expressas na coexistência de polos urbanos altamente integrados e espaços fragmentados e marginalizados. O artigo conclui que a urbanização na África Subsaariana constitui um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que oferece potencial para inovação e desenvolvimento, tende a perpetuar assimetrias estruturais no interior das cidades e entre elas, exigindo abordagens sistêmicas e integradas para sua gestão. No artigo *A relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho acadêmico em Moçambique*, Antonio Florindo Daniel Almoço, Arrumaina Rui Militão e Adelina Ricardo Alson analisam a aplicação da abordagem centrada no aluno no sistema educacional moçambicano, com ênfase na gestão curricular, diferenciação e avaliação. Com base em pesquisa bibliográfica, destacam os avanços



introduzidos pela descentralização curricular e pela autonomia escolar, bem como os principais desafios associados à escassez de recursos, à formação docente e às condições de ensino. O texto conclui que, apesar do enquadramento normativo favorável, a efetivação da aprendizagem centrada no aluno depende de investimentos estruturais, capacitação contínua dos professores e transformações nas práticas pedagógicas. Concluindo a sessão *Varia* o texto *Caracterização geotécnica das fracturas dos maciços rochosos na mineradora PROMAC LDA, Distrito de Nhamatanda/Sofala (Moçambique)* caracteriza geotecnicamente os carbonatitos da Mineradora Promac Lda., identificando famílias de fraturas que influenciam o desmonte. Foram analisados abertura, preenchimento, espaçamento e orientação das fraturas, e o software Stereonet 11 permitiu definir o número de famílias. As fraturas afetam a perfuração e a distribuição de explosivos, servindo também como pontos de propagação para fraturas induzidas. Observou-se intrusão de basalto e apenas uma fratura preenchida por stop, com areia avermelhada pouco compacta. O stop 1 possui uma família de fraturas moderadamente espaçadas; o stop 2 apresenta duas famílias, também moderadamente espaçadas. As aberturas variam de moderadas a largas, favorecendo a percolação de fluidos.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Hagira Naide Gelo Machute, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada “*Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*”.



A sessão *Expressões Culturais* apresenta um ensaio assinado por Wagner F. Guimarães intitulado *O papel do cinema em África em contextos de pós-independências* aborda a colonialidade e suas heranças no contexto pós-colonial africano, destacando o papel do cinema como ferramenta política e cultural na descolonização das mentes. O texto mostra como o cinema africano se



consolidou como instrumento político, cultural e pedagógico no processo de descolonização, enfrentando tanto as heranças coloniais quanto as pressões internacionais, com destaque para o caso angolano

Boa leitura!!!